



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

SEM LUZ NO TÚNEL

Como a coluna já havia antecipado, o representante da Conecta veio disposto a “dar à luz” ao que a CPI da iluminação pública não conseguiu clarear. A empresa afirma que está tudo regular, que as pendências estão sendo sanadas e que o travamento maior está nas mesas da Prefeitura, onde aguardam o reequilíbrio contratual e a homologação da entrada da SkyLuz no consórcio. Em outras palavras, a iluminação pública segue pedindo luz, mas a escuridão institucional continua atrapalhando a operação.

ROUND 2, FIGHT!

O presidente da Câmara, Daniel Gobbi (PP), resolveu bater de frente em relação à permuta do imóvel com o Marista e formalizou, por meio de indicação, um pedido para que o Executivo retire o projeto, escancarando falhas e omissões do texto. O gesto colocou Daniel Gobbi em rota de colisão com o vice Alessandro Maraca (MDB), que vem tentando empurrar a proposta adiante, apesar das resistências.

LAUDO ZERO

A vereadora do PT Perla Müller buscou administrativamente localizar suposto ofício teoricamente enviado ao Creci pela administração municipal, sem sucesso, cobrando avaliação do espaço. Maraca havia prometido o documento, sem cumprir. Diante do silêncio, a vereadora não descarta levar o caso ao Ministério Público.

MUI AMIGO

Maraca tenta vender a ideia de unidade, mas, em verdade, é alvo de isolamento. No Executivo, sobra quase sozinho para defender o projeto; no MDB, não consegue consenso entre os vereadores do partido. A Câmara, por sua vez, já entendeu o recado: está rachada, e a tendência é de derrota, o que pode acontecer até com a mão “amiga” da Prefeitura.

CUPIM QUERIDO

Na política, “não há o que não haja”: interesses, traições, ciladas... De alguma forma, isso explica por que Maurício Vila Abranches, do PSDB, não foi encaminhado para a guilhotina em novo processo de cassação. E a resposta está em seu suplente, que é mais um “daqueles dos mesmos”. Nem mesmo o denunciante Lincoln Fernandes, no MP, deseja de fato que Rodrigo Simões assuma no lugar de Vila; pegou leve.

QUEIMOU O FILME

A recepção da Prefeitura ao deputado federal Guilherme Derrite rendeu uma cena curiosa. Enquanto o chefe da GCM de Ribeirão Preto tentava garantir a foto com o deputado ao centro da mesa, à frente das bandeiras, Derrite queria saber por que o capitão Brás não estava à mesa — e, de quebra, deixou o comandante da guarda falando sozinho duas vezes. Somente depois de nova insistência conseguiu a foto no corredor.

BOIADEIRA

O show de Ana Castela, a popular boiadeira, foi amplamente utilizado como ferramenta de divulgação nas redes do prefeito Ricardo Silva (PSD) e pode render dor de cabeça ao alcaide. Tem muito “boi na linha” e muita gente acompanhando atentamente o caso. Já há denúncia no Tribunal de Contas do Estado para apurar a realização do evento, teoricamente contratado pela iniciativa privada. Há quem veja, ainda, abuso do poder político e pré-campanha eleitoral. Novidades em breve.

XAROPETAS

Cresce nos bastidores da administração a rejeição a uma figura política ligada ao deputado Baleia Rossi (MDB). Antes com boa entrada na Assistência Social, a figura, que se vende como consultor político experiente, corre o risco de ser exposto em um esquema que apura captação irregular de clientes para profissionais do direito dentro da secretaria.

HERANÇA

Trata-se de herança de gestões anteriores que já ganhou atenção de Maurício Godinho, super-secretário que monitora os movimentos com atenção. Houve, inclusive, trocas de supostos participantes do esquema confirmadas pela coluna, que acompanha os desdobramentos com curiosidade.

ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO FINAL

Prefeitura não recorre e Dárcy receberá ‘bolada’ em férias vencidas

Ex-prefeita, que chegou a ser presa na Operação Sevandija, deve receber mais de R\$ 100 mil; para advogado, lei municipal garante indenização

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

A Prefeitura de Ribeirão Preto não recorreu da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que condenou o município a pagar à ex-prefeita Dárcy Vera uma indenização de aproximadamente R\$ 100 mil referente a 166 dias de férias não usufruídos durante os dois mandatos em que esteve à frente da administração municipal, entre 2009 e 2016.

Na ação, ajuizada em 2022, Dárcy alegou que trabalhou integralmente nos dois mandatos e nunca pôde tirar férias. Com o fim do prazo recursal, a condenação tornou-se definitiva e o pagamento deverá ser efetuado pela Prefeitura por meio de precatório nos próximos meses.

Na ação, Dárcy Vera pediu o pagamento das férias não gozadas, acrescidas do terço constitucional e de abono pecuniário. O valor inicialmente pleiteado era de aproximadamente R\$ 174 mil, mas a Justiça reconheceu o direito a um montante próximo de R\$ 100 mil.

“A ausência do gozo das férias, seja por opção pessoal ou por necessidade do serviço, gera para a Administração o dever de indenizar, sob pena de enriquecimento ilícito”, afirmou a juíza Lucilene Canela, na decisão, mantida pelo TJ ban-



Dárcy Vera, ex-prefeita de Ribeirão, apresenta programa na rádio

deirante.

A decisão gerou repercussão política na cidade. Dárcy Vera foi presa e responde processos judiciais no âmbito da Operação Sevandija, deflagrada em 2016. A operação investigou desvio de recursos públicos em contratos da administração municipal, envolvendo empresas de publicidade, limpeza urbana e tecnologia da informação.

OUTRO LADO
Procurada, a Prefeitura de Ribeirão Preto não comentou o caso. No processo, argumentou que a ex-prefeita não gozou os dias de férias por decisão pessoal. **A ex-prefeita também não se pronunciou sobre o assunto.**

DIREITO É GARANTIDO PELA LEI ORGÂNICA

O prefeito de Ribeirão Preto tem direito a 30 dias de férias remuneradas anuais, conforme assegurado pela Lei Orgânica do Município, valores sobre os quais não incidem nem Imposto de Renda nem descontos previdenciários. Esse foi o argumento da defesa da ex-prefeita Dárcy Vera para receber os valores referentes a dias não usufruídos das férias.

O advogado Gustavo Bugalho, especialista em direito eleitoral, afirmou que a decisão do Tribunal de Justiça encontra respaldo no Supremo Tribunal Federal. “Se há lei orgânica prevendo as férias, é direito do prefeito ser indenizado se não as receber durante o mandato”.

ITÁLIA

Ribeirão-pretano tenta voltar à Câmara

O advogado e empresário ribeirão-pretano Luís Roberto Lorenzato vai concorrer a uma vaga no Parlamento Italiano em 2027. Ele já ocupou o cargo de deputado no país europeu, após ser eleito em 2018.

O país europeu tem 12 cadeiras na Câmara e seis no Senado para cidadãos que moram no exterior. Para a América do Sul, são reservadas quatro vagas de deputado e duas de senador. Os eleitos têm os mesmos poderes e prerrogativas dos parlamentares que vivem nas

províncias da Itália.

“O Brasil tem uma das maiores comunidades italianas fora da Itália. São 32 milhões de descendentes e um milhão de pessoas com passaporte válido. A Itália elege representantes dos cinco continentes e eu tive a honra de ser eleito em 2018 e pude representar Ribeirão Preto e região lá”, afirma.

CIDADANIA

Ele afirma que a política de migração e cidadania será uma de suas principais bandeiras na eleição, pre-

vista para março do ano que vem. Uma lei em vigor desde 2025 exige que o ascendente do candidato tenha residido na Itália. Exceções a essa regra, contudo, têm sido aceitas pela justiça local. “Esse governo, que é uma decepção, mudou a legislação. A partir de 2025, se reconhece como italiano apenas até os netos. Esse é um problema político, que nós vamos buscar resolver no parlamento. A Itália se fez grande no mundo por nós. O imigrante levou a Itália para o mundo”, enfatiza.